



Panorama dos Modelos de Cooperativas no Brasil

Luana Figueira Reus, Ana Paula Silva dos Santos, Priscila Machado Zanela,
Cristina Keiko Yamaguchi

RESUMO

As cooperativas apresentam-se como empreendimento socioeconômico estratégico para manter-se no cenário globalizado. Porém, ocorrem dúvidas quanto aos diferentes modelos e características das cooperativas existentes no Brasil. Assim, objetiva-se apontar os diferentes modelos e ramos de atuação das cooperativas estudadas na literatura no Brasil. A pesquisa foi interdisciplinar, aplicada, dedutiva, qualitativa, descritiva, bibliográfica e documental. As cooperativas são classificadas quanto ao tipo: singular ou de 1º grau, central ou de federação ou de 2º grau e confederação ou de 3º grau, cooperativa popular ou de trabalho, de serviço ou de mão-de-obra, centralizada e descentralizada; e quanto ao ramo: agropecuário, consumo, crédito, educacional, especial, habitacional, infraestrutura, mineral, produção, trabalho, saúde, transporte e turismo e lazer. Mesmo com diferentes ramos de atuação, as cooperativas baseiam-se em ajuda mútua e valores éticos da honestidade e transparência, buscando satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais. Percebe-se que os tipos e os ramos das cooperativas são complementares, estando os tipos ligados ao formato administrativo e os ramos a área de atuação. Outro fator importante é a capacidade necessária de uma cooperativa de adaptar-se à novas realidades, mudanças de naturezas distintas e acompanhamento do mercado, apesar de que este nunca se encontra em estado de solidez.

Palavras-Chave: Cooperativa; Tipos de Cooperativas; Ramos de Cooperativas.

1 INTRODUÇÃO

O mundo está em constantes transformações, que desencadeiam fatores que muitas vezes foge do controle humano. Dessa forma, as organizações têm buscado se preparar para eventuais mudanças, traçando estratégias para que melhor se adaptem as alterações que irão surgindo ao longo do tempo. Segundo Rosses et.al. (2010), as cooperativas podem ser consideradas uma importante ferramenta estratégica, além de serem fundamentais na melhoria de vida de seus associados, que muitas vezes se encontravam em situações de riscos por perderem mercado para grandes corporações.

O cooperativismo surgiu no século 18, na Inglaterra, como solução para o problema enfrentado pelos operários após a Revolução Industrial, quando a mão de obra perdeu valor. Esse movimento pode ser denominado como uma forma de organização cuja finalidade é promover a união de pessoas com propósitos parecidos tendo como base valores como solidariedade e ajuda mútua, propiciando que o objetivo comum se sobressaia aos objetivos individuais de seus membros.

No Art.º 4 do Capítulo II da Lei Nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 é possível encontrar a definição do que é cooperativa: “[...] sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades por possuir características e princípios próprios (BRASIL,1971). Atualmente, existem sete princípios básicos do cooperativismo e são eles: adesão voluntária e livre; gestão democrática; participação econômica dos membros; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação e interesse pela comunidade. Esses princípios servem como alicerce para a formação, gestão e organização das diversas cooperativas que atualmente existem no Brasil e seus membros acreditam nos valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação pelo seu semelhante (OCB,c2008).



A cultura do cooperativismo chegou ao Brasil junto com a colonização portuguesa, mas somente em 2 de dezembro de 1969 é que surgiu a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), órgão máximo de representação das cooperativas no Brasil, responsável pela promoção, fomento e defesa do sistema cooperativista, em todas as instâncias políticas e institucionais.

Nos últimos anos cooperativismo tem se destacado em diversos ramos de atividades sócio econômicas. Isso se dá pelo fato de que as organizações cooperativas possuem características diferentes das demais empresas, uma vez que buscam garantir sua eficiência econômica, eficácia social e ainda preserva seus princípios doutrinários fundamentais (ROSSÉS, et al., 2010).

Com base no que foi exposto, objetivou-se apontar os diferentes modelos e ramos de atuação das cooperativas estudadas na literatura no Brasil e suas definições assim como os ramos onde o cooperativismo se encontra presente e uma breve explanação sobre cada ramo de atividade socioeconômica. Após a definição dos 13 ramos, será realizado um comparativo entre os diversos tipos e ramos de cooperativas, onde se busca encontrar semelhanças e diferenças das cooperativas apresentadas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo aborda os seguintes temas: cooperativa e os tipos de cooperativas, ramos do cooperativismo no Brasil, tipos e ramos de cooperativas.

2.1 COOPERATIVA

Com o objetivo de formar uma sociedade baseada em valores justos, solidário, democrático e com ajuda mútua, em 1844 foi criada a primeira cooperativa, em Rochdale, na Inglaterra (MARCOLINO et al., 2010).

O cooperativismo nos leva a concepção da colaboração para o trabalho em comum. O conceito do termo é composto por princípios como objetivos iguais, que levam a busca conjunta, a emancipação, iniciativa e eliminação do lucro. Gimenez, Krein e Biavaschi (2003, p. 25) descrevem o cooperativismo com a função de “contribuir para um processo de (re) costura dos esgarçados laços de solidariedade, com constituição de vínculos sociais que não tenham no lucro a sua força motriz.”.

2.2 TIPOS DE COOPERATIVAS

A compreensão da composição de uma cooperativa assemelha-se uma da outra, no entanto as mesmas apresentam uma classificação diferenciada de acordo com o seu foco de atuação. Na sociedade cooperativa, existem três classificações específicas conforme os objetivos e dimensões desta, classificadas como singular ou de 1º grau, central ou de federação ou de 2º grau e confederação ou de 3º grau. Também é exposto a classificação de cooperativa popular ou de trabalho, de serviço ou de mão-de-obra, centralizada e descentralizada, conforme os itens a das próximas seções.

2.2.1 Singular ou de 1º grau

De acordo com Brasil Cooperativo (2008), o objetivo deste tipo de sociedade cooperativa é prestar serviços diretamente aos seus associados. Constitui-se por um mínimo de vinte pessoas físicas, e a admissão de pessoas jurídicas que praticam atividades econômicas iguais ou similares das que as pessoas físicas que integram a cooperativa não é permitida. Uma das características mais marcantes das cooperativas é a gestão democrática e livre. Os membros, tem participação ativa nas políticas e tomadas de decisões. Os homens e mulheres, que são eleitos os representantes dos demais membros, tem responsabilidade por estes. Na cooperativa de primeiro grau, os membros têm direito igual de voto, ou seja, um



membro, um voto. As cooperativas de maior grau também funcionam de maneira democrática (SESCOOP.,2003) .

2.2.2 Central e federação ou de 2º grau

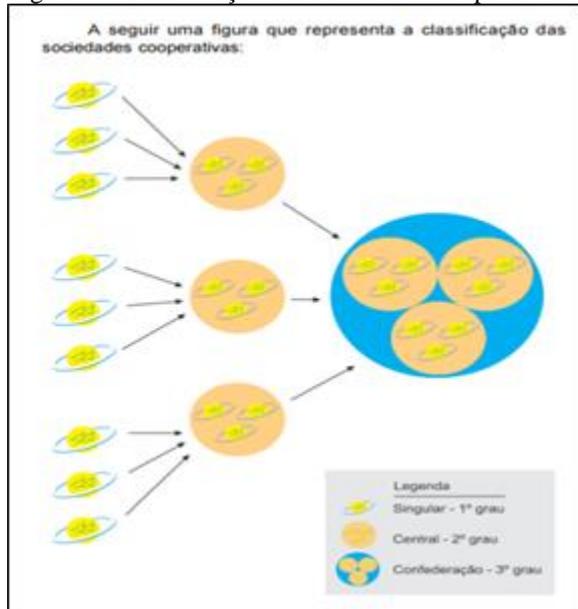
Para Brasil Cooperativo (2008), o objetivo da Cooperativa de II Grau, “é organizar em comum e em maior escala os serviços das filiadas, facilitando a utilização recíproca dos serviços”. Deve ser constituída por no mínimo três cooperativas singulares, e como exceção, a admissão de pessoas físicas é permitido. Toda cooperativa, de qualquer grau, deve ser registrada na Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) (SESCOOP, 2003).

2.2.3 Confederação ou de 3º grau

Este tipo de sociedade cooperativa, tem como objetivo organizar em comum e em maior escala os serviços das filiadas. A quantidade mínima para constituir uma confederação é de três cooperativas centrais e ou federações (BRASIL COOPERATIVO, 2008).

Na figura 1, podemos visualizar o posicionamento das cooperativas de primeiro, segundo e terceiro grau:

Figura 1 - Classificação das sociedades cooperativas.



FONTE: SESCOOP, 2003.

2.2.4 Cooperativismo popular de trabalho

As cooperativas de trabalho são caracterizadas por cooperativas que vendem o produto do trabalhoado, onde o mesmo é produzido com meios próprios e comercializados em território da cooperativa (OLIVEIRA, 2007; SINGER, 2004).

Este formato de cooperativa é utilizado na substituição de trabalho regular assalariada por trabalhador contratado autônomo, pode-se ver casos onde os trabalhadores abrem microempresas, atuando como prestador de serviços. São encontrados casos ainda de trabalhadores demitidos que continuam a atuar pela cooperativa sem receber os direitos trabalhistas, ou até mesmo trabalhadores que não vislumbram a possibilidade de um emprego regular ou tem risco de perder o emprego (OLIVEIRA, 2007; SINGER, 2004).

Este cenário nem sempre foi assim, em princípio, juntamente com o desenvolvimento do capitalismo, a cooperativa de trabalho tinha por objetivo a força do trabalhador frente aos meios de produção, ou seja, o produtor não estaria submisso aos interesses do capital ou a



opressão de trabalho, podendo de certa forma serem considerados empresários de si mesmo (LIMA, 2006; OLIVEIRA, 2007).

No entanto, a partir da década de 70, com a entrada de uma reestruturação econômica, as perspectivas mudam e uma fase de desemprego se inicia. Para manter-se no mercado muitas empresas são transformadas em cooperativas, seja pelo apoio governamental, de sindicato, fundações internacionais, até mesmo de empresas em processo de falência. Na década de 90 as cooperativas são instruídas a atuarem em um regime de autogestão, que combinada com a falta de capital de giro e inexperiência administrativa, deixam as mesmas dependentes de organizações governamentais e privadas, atuando como terceirizadas em redes empresariais (LIMA, 2006; OLIVEIRA, 2007).

Este posicionamento frente ao mercado levou muitas cooperativas a fecharem ou se adequarem a legislação. Das cooperativas que mudaram para se adequar, o quesito autogestão muitas vezes ainda está somente na documentação, atuando como terceirizadas. Elas ainda foram denominadas como falsas cooperativas, coopergatos, ou cooperativas pragmáticas (LIMA, 2006; OLIVEIRA, 2007).

2.2.5 Cooperativismo de mão-de-obra ou de serviço

As cooperativas de mão-de-obra assemelham-se muito as ações da cooperativa de trabalho. Ambas vendem produtos de seu trabalho, no entanto a cooperativa de serviço caracteriza-se pela produção e venda no território do comprador (SINGER, 2004).

A operação deste tipo de cooperativa é instalada em outra empresa, assim os cooperados não apresentam um contato com o público consumidor, apenas faz a movimentação, como intermediária de mão-de-obra (GIMENEZ; KREIN; BIAVASCHI, 2003).

As ações das cooperativas, mesmo sem objetivar o desmerecimento, é associado ao processo de desestruturação de empregos formais, onde perde-se a cobertura legal. Esses fatores ainda são associados ao desenvolvimento histórico nacional das cooperativas de mão-de-obra, que ocorreu forma semelhante as cooperativas de trabalho. A partir da abertura comercial brasileira, em um cenário de grande desemprego a oportunidade da formação de novas cooperativas se deu de forma inapropriada, no que diz respeito a administração, levando muitas a assumirem o papel de organizações que prestam serviços terceirizados (GIMENEZ; KREIN; BIAVASCHI, 2003).

2.2.6 Cooperativa centralizada

O formato de cooperativa centralizadas são vistas como uma forma de agregar valor para as *commodities*, aumentando a vantagem competitiva dos negócios. Em seu formato administrativo, não são raras as vezes que há atores chaves, que tem destaque em um período de tempo (SIMÃO et al., 2014).

As cooperativas centralizadas, ou patrimonial, caracterizam pela pouca flexibilidade na tomada de decisão, assim como na flexibilização da composição da diversidade de produtos. Há a necessidade da fixação de residência próxima. Com relação aos resultados, há a centralização das sobras (ESTEVAM; LANZARINI; SALVARO, 2015).

A pouca flexibilização na tomada de decisão é melhor explicada pelo pequeno número de componentes da diretoria, associado a sociedade comercial. A gestão centralizada, mesmo sendo limitadora permanece com a gestão democrática (PIACESKI; GNOATTO,

2.2.7 Cooperativa descentralizada

As cooperativas descentralizadas, conhecidas também como não patrimonial, tem característica que as diferenciam das tradicionais. Além da possibilidade de redução de custos, assim como a ampliação do mercado, as cooperativas descentralizadas têm a possibilidade da diversificação de produção. Outro fator de diferenciação é a localização,



onde não há necessidade de proximidade entre os cooperados (ESTEVA; LANZARINI; SALVARO, 2015).

A relação dos cooperados com os ativos é um item de grande diferenciação com as cooperativas centralizadas. O tratamento dos resultados pelas cooperativas descentralizadas não ocorre a centralização das sobras. Não há ativo imobilizado, sem a necessidade de investimento por parte do cooperado, o que reduz a dependência e obrigação com a cooperativa (ESTEVA; LANZARINI; SALVARO, 2015).

Dentro das cooperativas descentralizadas, há o formato virtual. Esta forma de composição de cooperativas é compreensivo quando analisado a possibilidade de não manter residência próximo de outros cooperativados, assim como a não existência de ativos imobilizados, ou seja, sem sedes (ESTEVA; LANZARINI; SALVARO, 2015).

A não necessidade de uma infraestrutura, faz com que a cooperativa não precise de um grande número de associados para ter um retorno esperado. A cooperativa por si só é de baixo custo de manutenção, não necessitando de muita mão-de-obra. Cada associado tem sua Unidade Familiar de Produção (UFP), onde faz a produção e leva para ser vendido na cooperativa ou em um comércio próprio (MARCOLINO et al., 2010).

2.3 RAMOS DO COOPERATIVISMO NO BRASIL

O cooperativismo tem se destacado nos últimos anos no Brasil, estando presente em diversos setores econômicos. No total, são 13 ramos onde ele se encontra presente, sendo eles: agropecuário, consumo, crédito, educacional, especial ou social, habitacional, infraestrutura, mineral, produção, trabalho, saúde, transporte e turismo e lazer. Todas são representadas pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) nacionalmente e pelas organizações estaduais (Oces) nas unidades da federação (OCB, c2008). Todas as cooperativas possuem a mesma natureza jurídica e são orientadas através dos sete princípios básicos do cooperativismo. Suas diferenças são encontradas a partir da definição de cada ramo das cooperativas, apresentados abaixo:

2.3.1 Agropecuário

As cooperativas caracterizadas quanto ao seu ramo como agropecuário são formadas por produtores rurais ou agropastoris e de pesca (OCB, c2008). Como destaca Rech (2000), essa cooperativa tem por objetivo oferecer suporte aos seus associados, fornecendo informações e auxiliando em sua organização. Os principais serviços oferecidos são: a compra de sementes e insumos até a colheita, armazenamento, industrialização e venda no mercado da produção.

2.3.2 Consumo

Segundo o Sebrae (c2009), as cooperativas de consumo podem ser consideradas como um supermercado, pois realizam compras de produtos para seus cooperados, buscando obter vantagens financeiras na aquisição desses artigos de consumo, pois ao comprar em uma certa quantidade, garantem descontos e preços mais baixos. Podem ser abertas (admitem qualquer pessoa que queira participar) ou fechadas (destinada a um determinado grupo de pessoas, caracterizadas pela mesma cooperativa, sindicato ou profissão).

2.3.3 Crédito

As cooperativas de crédito podem ser consideradas uma instituição financeira formada pela associação de pessoas que buscam satisfazer suas necessidades econômico-financeiras. Dessa forma, a cooperativa oferece produtos e serviços como um banco qualquer, atuando no crédito rural e urbano, mas de maneira mais simples e muitas vezes menos onerosas, sendo mais vantajoso para seu cooperado, como por exemplo, a liberação de um crédito para



financiamento agrícola com menos burocracia e com juros bem menores dos exigidos pelos bancos (SCHIMMELFENIG,2010).

2.3.4 Educacional

Cansados com o descaso para com o sistema educacional no Brasil, muitos professores, pais de alunos e até os próprios educandos, tem se reunido e formado cooperativas educacionais, sendo a mantenedora da escola, que deverá seguir a legislação vigente, possuir um conselho pedagógico e ser administrada por especialistas. O principal objetivo da cooperativa vai muito além de obter lucros, ela também visa a melhoria na educação dos estudantes, formando assim, cidadãos altruístas (OCB, c2008).

2.3.5 Especial ou Social

São cooperativas formadas por pessoas que necessitam ser tuteladas como portadoras de deficiências, podendo ser: mental, física, sensorial ou psíquica, precisando ser submetida a acompanhamento psiquiátrico permanente. São inclusos também dependentes químicos, pessoas egressas de prisões, os condenados a penas alternativas à detenção e os adolescentes em idade adequada ao trabalho e situação familiar difícil do ponto de vista econômico, social ou afetivo, buscando inseri-las no mercado de trabalho, oferecendo treinamentos e auxiliando na superação de suas dificuldades e na conquista da sua cidadania (SEBRAE, c2009).

2.3.6 Habitacional

Nascimento (2006) afirma que cooperativas habitacionais são organizações constituídas com a finalidade de oferecer habitação às classes com baixa condição financeira a preço de custo.

2.3.7 Infraestrutura

Este segmento é formado por cooperativas que têm por objetivo, oferecer serviços essenciais à população, como energia e telefonia (OCB, c2008).

2.3.8 Mineral

Segundo a OCB (c2008), as cooperativas de mineral são formadas por garimpeiros, que vêm de diversas regiões do país e se reúnem para pesquisar, extrair, lavar, industrializar, comercializar, importar e exportar produtos minerais. Essas cooperativas servem para cuidar de diversos aspectos: saúde, alimentação, educação dos seus associados, assim como outras atividades específicas do ramo.

2.3.9 Produção

Pode ser considerada a modalidade básica da economia solidária. É formada por trabalhadores para a produção de bens e serviços, que normalmente se unem após a falência da empresa onde trabalhavam. Não há um único dono e tudo o que é utilizado e produzido pelos associados, é de propriedade deles (SINGER,2002).

2.3.10 Saúde

Para Cardoso (2005), a cooperativa de saúde vem da união de pessoas (médicos, enfermeiros e outros) que procuram oferecer assistência à saúde humana para aqueles que se credenciarem a cooperativa.



2.3.11 Trabalho

Formada por determinados grupos de profissionais. São cooperativas formadas pela associação de pessoas que se dedicam a prestação de serviços não identificados com outros setores apresentados (OCB, c2009)

2.3.12 Transporte

Cooperativas que oferecem serviços de transporte de cargas e passageiros (OCB, c2009).

2.3.13 Turismo e Lazer

São consideradas cooperativas de turismo e lazer, associações de pessoas que prestam serviços na área de turismo, lazer, hotelaria, esportes e outros que se encaixem no rito de entretenimento (OCB, c2009).

2.4 TIPOS E RAMOS DE COOPERATIVAS

O cooperativismo como um todo é caracterizado como uma “[...] sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades [...]” (Art. 4º da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971) por 11 características específicas.

No entanto a própria legislação explicita a possibilidade de atuações distintas, considerando a abrangência da descrição do que constitui uma cooperativa. Assim, o próprio capítulo III, artigo 6º apresenta a possibilidade da formação de cooperativas denominadas como singular ou de 1º grau, central e federação ou de 2º grau, confederação ou de 3º grau. Neste formato é visto a possibilidade da criação de redes de cooperativas.

O Artigo 10 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 afirma que “as cooperativas se classificam também de acordo com o objeto ou pela natureza das atividades desenvolvidas por elas ou por seus associados”. Neste contexto, estão inclusas a cooperativa popular ou de trabalho, e de serviço ou de mão-de-obra, que tem em sua natureza de atividade a caracterização de acordo com o local e material de aplicação de sua atividade. Já as centralizadas e descentralizadas expõem objetivos distintos com relação aos cooperados que as mesmas buscam integrar no grupo. Outras classificações encarregadas por este artigo, são os 13 ramos dispostos pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), órgão responsável pela representação da cooperativa, segundo o art. 105. Perante esta divisão torna-se perceptível a diversidade de formação de cooperativas, nos mais diversos ramos.

Torna-se perceptível que uma única cooperativa, não necessariamente necessita enquadrar-se em uma única classificação. Da mesma forma expõem inúmeras possibilidades de formação de cooperativas, advindo das mais diversas combinações de tipos com ramos distintos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Na busca para apontar os diferentes modelos e ramos de atuação das cooperativas estudadas na literatura no Brasil, a pesquisa foi elaborada por meios científicos, utilizando um procedimento metodológico pré-estabelecido. Desta forma o estudo se caracteriza quanto à disciplinaridade como interdisciplinar, onde perante a lacuna existente de uma disciplina na compreensão do objeto de estudo, há a interpretação pela teoria de outras disciplinas. Com relação ao tipo de pesquisa e o método de pesquisa, o estudo se classifica como pesquisa aplicada e dedutiva, onde o estudo estrutura-se sob teorias já existentes e utilizadas na prática (GIL, 2009).

O artigo expõe caráter qualitativo, objetivo de pesquisa descritivo, estratégia de pesquisa bibliográfica e técnicas de coletas de dado documentais. Assim, buscou-se a



compreensão das tipologias de cooperativas em conhecimentos externalizados, como artigos científicos, a fim de possibilitar a diferenciação entre as mesmas (GIL, 2009).

4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo objetivou apontar os diferentes modelos e ramos de atuação das cooperativas estudadas na literatura no Brasil agrupando vários tipos e ramos de cooperativas em um só trabalho, para assim apresentar um entendimento mais profundo e detalhado sobre a natureza e formato de cada cooperativa atuante no Brasil. Este é um levantamento importante, tendo em vista o crescimento e destaque que o cooperativismo vem tendo no Brasil nos últimos anos, estando presente em diversos setores econômicos, e atuando em 13 diferentes ramos, sendo eles: agropecuário, consumo, crédito, educacional, especial, habitacional, infraestrutura, mineral, produção, trabalho, saúde, transporte e turismo e lazer. De acordo com Dias Junior (2013), o número total de cooperativas atuantes no Brasil é de 6.603, envolvendo 44 milhões de brasileiros em suas atividades. O resultado deste estudo evidencia o importante papel do cooperativismo na sociedade atual, por meio de seus valores, equidade e solidariedade, igualdade, democracia, ajuda mútua e interesse pela comunidade onde atua, que servem como base para que todas as necessidades e interesses comuns a todos os seus membros sejam realizadas. Tendo assim objetivos sociais e econômicos comuns a todos assim como a inclusão social. Nesse contexto, não há diferença entre as cooperativas, pois todos buscam no cooperativismo, uma forte aliança entre membros e gestores, seja qual for o ramo de atuação da cooperativa. Outro fator importante é a capacidade necessária de uma cooperativa de adaptar-se à novas realidades, mudanças de naturezas distintas e acompanhamento do mercado, apesar de que este nunca se encontra em estado de solidez.

Pode-se relatar a atuação do cooperativismo, principalmente por meio da criação da cooperativa popular de trabalho e a cooperativa de mão de obra ou serviço, como uma alternativa de trabalho e renda para aqueles que acabam por algum motivo fora do mercado de trabalho. As cooperativas podem atuar como terceirização de serviço e absorver grande parte da mão de obra excluída do sistema produtivo. Outro fator importante é o cooperativismo atuando como mola propulsora para ampliar o mercado, reduzir custos, aumentar a diversificação da produção para os cooperados, como é o caso das cooperativas descentralizadas, que proporciona vantagem competitiva nos negócios de seus cooperados. Diferente das cooperativas centralizadas que propiciam agregação de valor para as commodities, aumentando a vantagem no mercado.

É relevante destacar que um tipo de cooperativa não anula a outra, podendo formar cooperativas de diferentes tipos, sempre associada a um ramo de aplicação. Estando todos estes amparados pela legislação.

Com isso, pode-se concluir que o cooperativismo é um movimento socioeconômico de extrema relevância no Brasil, consolidando-se cada vez mais, em busca dos objetivos sociais e econômicos, mantendo o foco nas pessoas. Sugere-se para futuros estudos, a aplicação de estudo em cada ramo ou tipo de cooperativa, a fim de levantar as características dos processos característicos unitários.

AGRADECIMENTOS

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – MCTI/CNPQ/UNIVERSAL 14/2014 - Brasil, ao PIBIC/ UNESCO, ao PPGDS/UNESC e ao GECOMD.



REFERÊNCIAS

- Brasil Cooperativo, Cooperativismo- Classificação. 2008. Disponível em: <<http://www.brasilcooperativo.coop.br/site/cooperativismo/classificacao.asp>>. Acesso em: 01 out. 2015.
- BRASIL. **Lei nº 5.764**, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5764.htm>. Acesso em: 05 nov. 2015.
- CARDOSO, Priscila Regina. **Cooperativismo: Análise Das Finalidades E Da Qualidade Dos Serviços De Uma Cooperativa Médica Em Florianópolis** - Sc. 2005. 95 f. TCC (Graduação) - Curso de Economia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Economia295616>>. Acesso em: 05 nov. 2015.
- DIAS JUNIOR, P. C. **Cooperativismo Agropecuário: Câmara temática de insumos agropecuários**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/camaras_tematicas/Insumos_agropecuarios/71RO/app_ocb>. Acesso em: 05 nov. 2015.
- ESTEVAM, Dimas de Oliveira; LANZARINI, Joelcy José Sá; SALVARO, Giovana Ilka Jacinto. O custo operacional das cooperativas descentralizadas da região sul de Santa Catarina. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 19, n. 3, p. 36-46, jan./abr. 2015. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rmccuerj/article/view/12377/pdf>>. Acesso em: 28 out. 2015.
- GIMENEZ, Denis Maracci; KREIN, José Davi; BIAVASCHI, Magdda B.. As cooperativas de mão-de-obra e os tribunais regionais do trabalho. **Revista da ABET**, v. 3, n. 1, 2003. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/abet/article/view/15507/8870>>. Acesso em: 28 out. 2015.
- LIMA, Jacob Carlos. Trabalho, precarização e sindicalismo: os trabalhadores e as cooperativas de trabalho. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 11, n. 21, p. 59-71, 2006.
- MARCOLINO, Juliana; ESTEVAM, Dimas de Oliveira; LAZARINI, Joelcy José Sá; MADEIRA, Kristian. Cooperativa virtual: o caso da Coofanove de Nova Veneza-SC. In.: **II Seminário das Ciências Sociais Aplicadas**, 2010. Disponível em: <<http://periodicos.unesc.net/index.php/seminariocsa/article/viewFile/1396/1323>>. Acesso em: 28 out. 2015.
- MORASCO, Fernanda. **O cooperativismo de crédito no estado de Santa Catarina**. 2007. 80 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Economia293480>>. Acesso em: 20 out. 2015.
- NASCIMENTO, Patrícia Policastro. **Planejamento estratégico em cooperativas habitacionais**. 2006. 71 f. TCC (Graduação) - Curso de Engenharia Civil, Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://engenharia.anhembi.br/tcc-06/civil-28.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2015.



OLIVEIRA, Fábio de. Os sentidos do cooperativismo de trabalho: as cooperativas de mão-de-obra à luz da vivência dos trabalhadores. **Psicologia e sociedade**, v. 19, n,1, p. 75-83, 2007..

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (Brasil). **Ramos**. Disponível em: < <http://www.ocb.org.br/site/ramos/index.asp>>. Acesso em: 20 out. 2015.

PIACESKI, Enelde Elena; GNOATTO, Almir Antonio. Cooperativa: A busca de um modelo de gestão participativa. **Sober**. Disponível em: < <http://www.sober.org.br/palestra/12/10P468.pdf> >. Acesso em: 28 out. 2015.

RECH, Daniel. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. 190 p.

SCHIMMELFENIG, Cristiano. Cooperativismo de Crédito: Uma Tendência. **Revista de Administração e Ciências Contábeis do Ideau**, Alto Uruguai, v. 5, n. 10, p.2-12, jun. 2010. Semestral. Disponível em: <http://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/84_1.pdf>. Acesso em: 20 out. 2015.

SEBRAE. **Cooperativa: Serie Empreendimentos Coletivos, c2009**. Disponível em:< [http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/CF527A837A1B4E2F8325766A0052780D/\\$File/NT00042C2E.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/CF527A837A1B4E2F8325766A0052780D/$File/NT00042C2E.pdf)>. Acesso em: 28 out. 2015.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO
SESCOOP. **Cooperativismo: primeiras lições**. Brasília: Sescoop, 2013. Disponível em: <file:///C:/Documents%20and%20Settings/lab18/Meus%20documentos/Downloads/cooperativismo_primeiras_licoes_F02.pdf>. Acesso em: 31 out. 2015.

_____. **Manual de orientação para a constituição e registro de cooperativas**. Brasília: Sescoop, 2003. Disponível em: <file:///C:/Documents%20and%20Settings/lab18/Meus%20documentos/Downloads/20090708102811_manual_de_orientacao.pdf>. Acesso em: 30 out. 2015.

SIMÃO, Gustavo Leonardo; ANTONIALLI, Luiz Marcelo; SANTOS, Antônio Carlos dos; MACEDO, Alex dos Santos; AZEVEDO, Ana Cláudia. A sociologia econômica e o processo competitivo nas cooperativas agropecuárias centralizadas: uma análise sob três diferentes paradigmas teóricos. In.: **XVII Seminário em Administração**, out. 2014. P. 1-15. Disponível em: <<http://sistema.semead.com.br/17semead/resultado/trabalhosPDF/955.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2015.

SINGER, Paul. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil**. In: Boaventura de Sousa Santos (org.) *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Disponível em:< <http://www.ceeja.ufscar.br/a-recente-ressurreicao-singer>>. Acesso em: 05 nov. 2015

_____. **Cooperativas de Trabalho. SENAES**. Disponível em: <http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/cooperativas-de-trabalho_paul-singer.pdf>. Acesso em: 28 out. 2015